Revista Vivências em Ensino de Ciências

Programa Polinizar

Perder-se para reencontrar: caminhos sensíveis do ensino na cidade de Goiás

Perderse para reencontrarse: caminos sensibles de la educación en la ciudad de Goiás

Priscila Pires Corrêa Neves[1]
https://orcid.org/0009-0004-1074-8634

Data de submissão: 27/04/2026
Data de aceite: 22/05/2026

Resumo

A expedição para Cidade de Goiás envolveu uma imersão sensível e crítica, com foco na formação docente por meio de práticas decoloniais e metodologias ativas. A proposta mesclou corpo, escuta e território como elementos pedagógicos. A programação abrangeu visitas a locais emblemáticos, como o Palácio Conde dos Arcos, Quilombo Alto Santana, escolas e patrimônios históricos, incentivando reflexões acerca da memória, do silenciamento e da resistência. As atividades ocorreram em outubro de 2025 e incluíram rodas de conversa, produção artística e exercícios sensoriais. Os resultados indicaram o impacto das vivências no processo de ressignificação dos saberes, provocando deslocamentos afetivos e políticos. Conclui-se que a experiência promoveu aprendizagens significativas ao integrar história, presença e cuidado. Destaca-se a importância de valorizar saberes populares e escutas plurais na formação de professores.

Palavras-chave: cidade de goiás. pedagogia sensível. memória. ensino. flâneur.

Resumen

La expedición a la ciudad de Goiás implicó una inmersión sensible y crítica, centrada en la formación docente a través de prácticas decoloniales y metodologías activas. La propuesta integró el cuerpo, la escucha y el territorio como elementos pedagógicos. El programa incluyó visitas a lugares emblemáticos, como el Palacio Conde dos Arcos, el Quilombo Alto Santana, escuelas y sitios de patrimonio histórico, fomentando la reflexión sobre la memoria, el silencio y la resistencia. Las actividades se llevaron a cabo

[1] Universidade Federal de Uberlândia. Arquiteta e Urbanista pela Pontifícia Católica de Goiás, Mestre pela Universidade Federal de Uberlândia, UFU. priscilapires.artes@gmail.com

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional(CC BY4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

en octubre de 2025 e incluyeron círculos de conversación, producción artística y ejercicios sensoriales. Los resultados indicaron el impacto de las experiencias en el proceso de resignificación del conocimiento, provocando cambios afectivos y políticos. Se concluye que la experiencia promovió un aprendizaje significativo al integrar historia, presencia y cuidado. Se destaca la importancia de valorar el saber popular y la escucha plural en la formación docente.

Palabras clave: ciudad de Goiás. pedagogía sensible. memoria. enseñanza. flâneur.

Introdução

Inicio esta escrita assumindo que uma pesquisa se transforma a partir de um universo muito particular. Ela nasce de dentro para fora, das experiências, dos afetos, dos encontros com o mundo. Trago uma perspectiva inspirada em Rosa Maria Fischer (2021), que nos faz pensar que toda pesquisa genuína nos modifica:

> Pensar é transformar a nós próprios, de tal forma que, ao construirmos nossos objetos de pesquisa e a eles nos dedicarmos, isso só será verdadeiro se, ao nos entregarmos a tal tarefa, nós o fizermos para de algum modo sairmos dali transformados. Só seremos verdadeiros se pudermos dizer, ao concluir, que se tornou possível (mesmo que minimamente) estabelecer novas relações com nosso objeto de estudo, com o perigo de que falamos. (Foucault *apud* Fischer, 2021, pág. 18).

Retornar à Cidade de Goiás[2] foi, para mim, uma experiência de camadas, como se eu retornasse a um lugar familiar com um corpo diferente. Goianiense que sou, essa antiga capital sempre esteve próxima, quase duas horas de estrada da cidade onde cresci. Já estive ali diversas vezes: com a família, com amigos, como arquiteta em atividades da universidade, em festas, como guia para parentes. Era uma cidade que eu "conhecia". Mas dessa vez, não.

Dessa vez, fui com outros olhos. Fui com a disposição de quem não quer "rever", mas experimentar. Não fui esperando encontrar respostas. Fui aberta às perguntas que poderiam nascer.

Deixei-me levar, como se estivesse numa expedição, não no sentido colonial da palavra, mas na curiosidade de quem se abre para o desconhecido. Como propõe Walter

[2] A Cidade de Goiás, nascida como Vila Boa no auge do ciclo do ouro, foi fundada em 1727 por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera. Essa primeira capital do estado, que carrega as marcas do urbanismo colonial, é hoje um testemunho vivo de nossa história, sendo reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial.

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

Benjamin (1985), a figura do *flâneur*[3] é aquele que se deixa levar pela cidade, andando sem pressa, observando com o corpo e com os sentidos. Longe da lógica do domínio ou da utilidade, o *flâneur* constrói conhecimento por meio da experiência e do acaso. Em Goiás, experimentei essa disposição: deixei-me afetar pelas pedras, pelos aromas, pelos encontros, como alguém que aprende sem um guia.

E, então, entendi por que a Cidade de Goiás foi escolhida como cenário dessa imersão. Este território, antes chamado de Sant'Ana, depois de Vila Boa, também conhecido como Goiás Velho, é mais do que um lugar histórico. Ele é uma dobra no tempo e onde o passado ainda sussurra pelos becos, pelas fachadas coloniais, pelo som das águas e das vozes que ainda vivem ali. A Cidade de Goiás é, simbolicamente, uma cena de filme viva na história do Brasil colonial. Seus caminhos em paralelepípedos, suas igrejas, o casario, os becos e as pontes de pedra revelam um projeto de poder que permanece. A arquitetura, os costumes, os ditos e não ditos daquele lugar, cada elemento fala e carrega uma memória. A atmosfera da cidade nos ensina, mas não apenas pelos livros: ensina porque nos atravessa, porque nos envolve.

Talvez, de maneira inconsciente, deixar-me ir nessa viagem tenha sido também permitir-me perder para reencontrar. Como se cada passo dado em Goiás não fosse apenas físico, mas simbólico, um movimento de despir-se do já conhecido para abrir-se ao que ainda não se sabe. Nesse sentido, Paola Berenstein, ao refletir sobre Walter Benjamin, nos ajuda a compreender que o ato de caminhar pode ser também um gesto de pensamento, de deslocamento interno e de reconfiguração do olhar: "Não poder orientar-se em uma cidade não significa grande coisa. Mas se perder em uma cidade como quem se perde em uma floresta requer uma boa educação" (Jeudy; Jacques, 2006, pág.).

O CLAUSTRO E O GIZ: QUANDO O APRENDER É TAMBÉM ESCUTA, CHÃO E AFETO

[3] O *Flâneur* é um conceito cunhado no século XIX, notavelmente associado às ideias de Charles Baudelaire e desenvolvido por Walter Benjamin. Trata-se do sujeito que vagueia pela cidade sem destino fixo, observando-a de forma atenta e sensível. Não é apenas um transeunte, mas alguém que se deixa afetar pelas paisagens, pessoas e movimentos urbanos, atuando simultaneamente como espectador e crítico da vida moderna.

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

Há coisas que os livros não ensinam. Saberes que não cabem em slides, nem se explicam em esquemas. Existem vivências que apenas o corpo entende, ao pisar, ao sentir e ao se mover.

Estar na Cidade de Goiás não foi somente uma viagem, mas uma travessia. Uma jornada através das camadas invisíveis da história, da memória e da formação docente. A sala de aula, apesar de sua importância, possui suas limitações: ela organiza, apresenta conceitos e promove discussões. Porém, nem sempre nos permite sentir, e é exatamente o sentir que torna o saber algo encarnado, presente e pessoal.

Naquele chão antigo, de pedras encaixadas, as águas do rio, a arquitetura e as palavras ditas e não ditas, nós sentimos o que foi. É como se o Brasil colônia ainda habitasse as esquinas. Como se o eco do Reino de Portugal ainda sussurrasse pelas sacadas altas das casas da elite, pelas igrejas brancas e imponentes. Percebemos que muita coisa não mudou.

Na visita ao Colégio Santana, esse deslocamento se aprofundou. O que me tocou ali não foi apenas a estrutura antiga ou o laboratório moderno com microscópios novos e materiais bem cuidados, embora tudo isso mostre o zelo mesmo em meio às dificuldades. O que me atravessou de verdade foi o modo como memória e presente se entrelaçavam naquele espaço, criando um território educativo onde diferentes tempos, culturas e resistências coexistem.

Ali funciona uma escola de ensino básico, mas também uma casa de encontros. Um lugar onde a educação tenta dialogar com os povos indígenas, não como exceção ou favor, mas como parte viva do projeto pedagógico. Desde 2019, a instituição tem concentrado esforços no ensino voltado a estudantes de aldeias, assentamentos e comunidades tradicionais. Por isso, o calendário escolar se organiza de forma diferente, em alternância com os ciclos do cultivo e os tempos da terra. Essa escuta do tempo da natureza e das cosmologias originárias já diz muito sobre outra forma de pensar o saber, menos linear, mais conectada com a vida.

Essa escuta também está nas paredes. As imagens que registrei mostram grafismos e palavras escritas em línguas indígenas, como *ÖWA'WÊ* e *STERIDIVIKWA*. Eu não sei exatamente o que significam, mas sei o que provocam: presença. Dizem que aquele espaço não é neutro, nem branco, nem silencioso. É um lugar que tenta romper o currículo

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

hegemônico, abrindo brechas para que outras vozes e outros mundos possam entrar. É um modo de dizer: “vocês pertencem a este espaço”.

Isto é muito importante. Porque o que está exposto nas paredes também ensina. O que é visível transmite a ideia de pertencimento. E se a escola foi um espaço de silenciamento por séculos, hoje existe um esforço, embora ainda tímido, para reparar essa situação. Os símbolos, as palavras e as grafias presentes nesse espaço são gestos pedagógicos. São esforços para ressignificar, reconstruir a memória e a identidade.

Conversando com professores, percebi o quanto lutam para manter o ensino vivo. Há afeto nos pormenores, nas interações, na forma como os materiais são organizados e utilizados. Apesar das políticas públicas frequentemente adotarem uma abordagem negligente, o afeto persiste.

Falando em afeto, não posso deixar de contar: desde que saímos do mercado central, ainda naquela tarde, fomos acompanhados por uma cadelinha linda e carinhosa, a Ruti. Ela nos seguiu até o Colégio Sant’Ana, entrou nas salas, circulou pelos corredores e laboratórios. E ninguém a expulsou. Foi acolhida. E ali, naquele gesto silencioso, vi outro aprendizado: se até os animais são recebidos com naturalidade e cuidado, talvez esse acolhimento se estenda mesmo a tudo, às pessoas, às plantas, aos saberes esquecidos. Ruti virou também uma metáfora da educação que se faz ali: espontânea, afetuosa e atenta.

No fim das contas, percebo que o que essa experiência ensinou não cabe só em registros acadêmicos ou avaliações formais. O que vivemos ali foi um outro tipo de aprendizado: um aprendizado que se dá com os pés no chão, os olhos atentos, o corpo entregue. Um aprendizado que envolve escuta, silêncio, presença e afeto.

Quando o toque se torna portal: escuta, cuidado e memórias em trânsito

Durante o tempo em que estivemos na Cidade de Goiás, participei de diversas experiências pedagógicas que escapavam ao modelo tradicional de ensino e aprendizagem. Foram propostas que, na minha percepção, aguçou os sentidos, o corpo, a

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

escuta e a presença. O professor Marcos Barros[4], que conduziu atividades profundamente sensíveis e transformadoras, contextualizei com os estudos de Costa (2025) em que vivenciamos um tipo de prática que articula múltiplas linguagens e registros: imagens, mapas, fotografias, sensações e narrativas orais, compondo um emaranhado entre sujeitos, espaços e materialidades. Como afirma o autor: "combinar várias técnicas [...] com os registros de imagens, mapas, anotações, artefatos, blogs ou utilizar técnicas alternativas, que emergem em outras áreas do conhecimento, como em saúde, se tratando do *photovoice*[5], na qual os próprios participantes produzem os dados por meio de fotografias e narrativas sobre sua comunidade, local de estudo, ambientes que são ocupados por eles/as" (Costa, 2025, pág. 65).

Na terça-feira, ao anoitecer, fomos convidados a participar de uma dinâmica que parecia ser algo simples: massagear os pés de um colega. Mas foi ali, entre aromas de óleos essenciais e falar, que algo em mim se desfez, e se refez. Nas outras vezes em que estive na Cidade de Goiás, meus olhos estavam voltados para os roteiros de costume: festas, encontros com amigos, turismo com parentes. A arquitetura me encantava, mas permanecia como um cenário, bonito, porém distante. Dessa vez, no entanto, a cidade me chamou de outro jeito. Eu não fui para "ver", fui para sentir.

E talvez a maior surpresa tenha sido perceber que aquilo que tantas vezes em minha rotina de estudos e conexão, práticas com óleos essenciais, meditação, escuta sensível, ali estavam no centro da pedagogia. Não como adorno, mas como método e caminho de conhecimento. Essa centralidade do sensível, do corpo e das relações entre humanos e materialidades tem sido discutida por autores que propõem formas alternativas de aprendizagem. Verster e van den Berg (2022), por exemplo, analisam práticas interdisciplinares em ambientes sociotécnicos e destacam categorias como inclusão, reflexividade e capacidade de resposta, apontando a importância da sociomaterialidade

[4] Marcos Barros é professor do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com doutorado em Ensino das Ciências e pós-doutorado pelo *King's College London*. Atua com metodologias de aprendizagem sensível, pedagogias decoloniais e tecnologias digitais, integrando experiências de formação docente inclusiva, antirracista e imersiva.

[5] *Photovoice* é uma metodologia participativa de pesquisa que convida os próprios participantes a registrarem suas experiências e perspectivas por meio de fotografias e narrativas visuais. Mais do que um recurso ilustrativo, o método busca valorizar o olhar subjetivo de quem vive a realidade retratada, promovendo escuta, expressão e construção coletiva de conhecimento.

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

como lente para pensar a educação. Da mesma forma, pesquisadores como Griffiths, Dickinson e Fletcher (2021), e Gravett *et al*. (2022), utilizaram metodologias participativas como o *photovoice*, nas quais os próprios estudantes produzem imagens e narrativas sobre seus espaços de aprendizagem, revelando a potência do sensível e do cotidiano como disparadores formativos.

O que emergiu das massagens nos pés foi inesperado: imagens coloniais, memórias que talvez não fossem só minhas, coletivas, ancestrais, profundas. Em silêncio, fui levada a uma cena tantas vezes contada: Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, ameaçando transformar água em fogo. Diante dos povos indígenas, ele jogou aguardente no chão e acendeu um fósforo. O líquido inflamável ardeu. Para os indígenas, aquilo era magia. E o medo abriu espaço para a dominação.

Essa cena do fogo me atravessou como uma pergunta: como algo tão sagrado quanto a água, fonte de cura, alimento, banho e vida, pôde ser transformado em arma? Senti no desconforto do gesto, o abismo entre duas civilizações: uma que tocava a terra com reverência, e outra que chegava impondo sua lógica de violência, sua urgência de conquista, sua ganância maquiada de progresso.

Lembrei-me também do ouro. Para os povos indígenas, pedra. Para os colonizadores, mercadoria. Onde uns viam sagrado, outros viam lucro. Onde uns viam continuidade da vida, os outros viam extração, poder, conquista. Foi na diferença de olhar que se instalou a tragédia, e que moldou a cidade, suas arquiteturas, suas ruínas e permanências. Então, voltando ao gesto simples da massagem, me pergunto: quantas vezes, ainda hoje, reproduzimos esse gesto colonizador? Quantas vezes, mesmo sem intenção, nos colocamos na posição de quem domina, quando tudo o que o outro queria era partilha? Quantas vezes o cuidado vira controle, o toque vira imposição?

Essa dinâmica, no fim da tarde, foi mais do que uma atividade. Foi um chamado à escuta, não só do outro, mas de tudo o que carregamos em nós. Sobretudo, foi uma lição sobre o que realmente significa estar presente.

Mais tarde, naquele mesmo dia, seguimos até o Chafariz, onde uma nova roda se forma, agora sob a luz do luar e o calor da cidade. Cada um de nós recebeu um óleo essencial, lavanda, menta, alecrim e outros aromas, e, à medida que os frascos passavam de mão em mão, íamos sendo convidados a cheirar, sentir e falar. Era como se esse

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

movimento nos conectasse a nós mesmos. Além de descrever a cidade, discutíamos como ela nos afetava e o que nos atravessava. Um gesto simples, como massagear os próprios pés ou esfregar as mãos com óleo, despertava memórias, sensações e pensamentos que provavelmente não seriam ativados em outras práticas pedagógicas.

Em minha experiência, senti que ali acontecia uma "entrevista sensorial": não com perguntas e respostas formais, mas com escuta, presença e corpo. Costa (2025, pág. 53) diz que esse tipo de prática é "o registro da fala dos humanos sobre si mesmos, sobre seus pares e, em maior ou menor grau, sobre as coisas à sua volta". Ainda refletindo, completaria: também registra o que sentimos, o que a arquitetura nos conta sem palavras, o que o chão de pedra murmura sob nossos pés.

Foi entre o cheiro das ervas e o toque das pedras coloniais que compreendi: aprender também é afinar presença. Estar inteira. Corpo, mente e afeto. Em Goiás, percebi uma virada: o sentir não era algo à parte da experiência pedagógica, era o solo sobre o qual tudo se desenhava. Conforme escreve Priscila Pires (2018, pág.), "o caminho voluntário produz no indivíduo sentimento de surpresa, faz da cidade um laboratório de pesquisa, cujas ferramentas são as análises, as observações, o toque". Naquele momento, era exatamente o que fazíamos: aprendíamos com o corpo, com o gesto, com a entrega.

Entre garrafadas, bolo de arroz e os saberes populares

Na manhã do dia 14 de outubro, em meio à Expedição na Cidade de Goiás, tivemos o privilégio de ouvir Maria Luísa, na Casa da Agricultura Familiar. Mulher de 82 anos, fazedora de garrafadas, de rezas e de curas. Seu corpo carrega uma história ancestral que pulsa nas palavras, nas mãos, nos gestos e nos olhos calmos com que nos recebeu. Entre um gole de café passado na hora e um pedaço de bolo de arroz, fomos atravessados por sua memória viva e saberes de raízes profundas.

Bisneta de senegaleses que foram comprados e levados à força para uma fazenda na Cidade de Goiás mesmo após a abolição da escravidão, Maria Luísa nos lembrou que nem sempre a lei garante liberdade, o poder muitas vezes corrompe, contratos e vidas.

Ela nos contou que cresceu na roça, tomando os remédios preparados por seu avô, um homem curioso que aprendeu sobre as plantas por meio de um antigo livro de

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

boticário. Até os 18 anos, Maria Luísa nunca havia tomado um comprimido. As ervas, os chás e os cuidados populares eram sua farmácia e sua escola. Anos depois, formou-se em enfermagem, casou-se com um homem profundamente ligado às curas alopáticas, e vivenciou em casa o paradoxo entre dois mundos: o da ciência oficial e o do saber ancestral.

Hoje, Maria Luísa é agente da Pastoral da Saúde na Diocese da Cidade de Goiás. Atende 22 comunidades rurais e duas comunidades periféricas urbanas, partilhando, ensinando, curando e orientando. Carrega nas mãos não apenas garrafadas, mas a dignidade de um conhecimento que resiste ao apagamento. Ela mesma nos contou que pesquisadores, ONGs, universidades e até a Fiocruz, vêm de longe procurar a Diocese para aprender os saberes das raízes, porque é lá, entre plantas, garrafas, panelas e orações, que um outro tipo de ciência acontece: a ciência da escuta, da relação e das raízes.

Sua narrativa nos levou por um túnel do tempo, entre o fim do século XIX e o presente. Falou do bispo progressista que, na década de 1970, criou o Programa Lamparina, com o objetivo de iluminar os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade. Muitas delas ainda viviam em condições análogas à escravidão. Aquele movimento transformou o território: trouxe professores da UCG, Universidade Católica de Goiás (hoje PUC-Goiás, Pontifícia Católica de Goiás), promoveu alfabetização de adultos, criou comissões de saúde, terra e educação.

Maria Luiza dá uma verdadeira aula sobre o valor da memória, sobre a importância da comunidade, e sobre o direito de saber e de sentir. Em Maria Luísa, aprendemos que a cidade também ensina por meio de suas pessoas, e que há saberes que os livros não alcançam, mas que o coração e o corpo sabem reconhecer.

Vermelho Feito Cora: Casa Velha da Ponte entre memória, mito e poesia

A visita ao Museu Casa de Cora Coralina[6] foi uma experiência que me atravessou em múltiplos níveis, sensível, histórico, arquitetônico e político. Era proibido tirar fotos

[6] Cora Coralina é o pseudônimo de Anna Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889–1985), poetisa e contista nascida na Cidade de Goiás. Iniciou sua trajetória literária ainda jovem, mas só publicou seu primeiro livro aos 75 anos. Com uma escrita sensível, retratou em sua obra retrata a vida cotidiana, os becos, as mulheres e o imaginário popular do interior do Brasil.

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

naquele local, e logo notei que o tipo de arranjo daquela casa era distinto das outras construções tombadas da cidade. Havia uma empresa responsável pela preservação, em parceria com a família. O tom era mais formal, quase desvinculado do restante do ambiente histórico da cidade. A Casa da Cora parecia guardar não só objetos, mas disputas: sobre a memória de uma mulher e os sentidos atribuídos à sua história.

A casa, conhecida no passado como Casa Velha da Ponte, foi no século XVIII ponto de contagem do ouro, sede da arrecadação do quinto para o Reino. Entrar ali era como atravessar séculos. Como arquiteta, um detalhe me chamou profundamente a atenção: no cômodo onde se realizavam os registros da extração do ouro, havia um roda-teto pintado de verde. Soube que essa cor marcava, naquela época, os espaços de fiscalização e coleta de impostos nas casas oficiais da Coroa. Nunca havia notado esse tipo de codificação cromática antes. Foi preciso voltar com outro corpo e outro olhar para perceber.

Cora viveu nessa casa os seus últimos anos, mas passou 45 anos de sua vida em Jaboticabal, no interior de São Paulo. Lá, teve acesso a outros modos de vida, a outros círculos intelectuais e artísticos. Convivendo com nomes como Jorge Amado e Carlos Drummond de Andrade, ela se tornou uma figura de destaque nacional, mas sua escrita nunca deixou de ser marcada por suas raízes em Goiás.

Sendo uma figura emblemática na cidade, fiquei encabulada com os paradoxos em torno de Cora Coralina. No museu, é celebrada como mulher visionária, doceira, poeta e resistente; nas conversas de rua, surgem memórias que a descrevem como arrogante, raivosa, fora dos padrões. Sua figura, de alguma forma, escancara o incômodo social com mulheres que falam e não se moldam.

Viviam com Cora o caseiro, cercado por rumores, e Maria Grampinho, uma figura folclórica da cidade. Contam que Maria Grampinho era excêntrica, andava com grampos e botões presos ao corpo, e carregava uma trouxa na cabeça. Muitas fofocas circulam sobre sua relação com Cora, inclusive acusações sérias e sem comprovação, que falam de exploração. Mas o que o museu nos conta é outra narrativa: Cora a acolhia, deixava que ela transitasse livremente pela casa. Grampinho dormia no porão, um espaço úmido, onde corre uma bica de água, e que antes havia sido o local destinado às pessoas escravizadas.

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

Essas camadas sobre a casa e suas figuras me atravessaram. O mito, a história, o silêncio, o acolhimento, o julgamento, tudo coexiste ali, numa construção viva de memória que ainda pulsa e divide opiniões. E isso também é aprendizagem. É ali, no confronto entre narrativas, que nos damos conta de que preservar não é apenas conservar paredes, mas lidar com as dores e as contradições que essas paredes abrigam.

Palácio Conde dos Arcos[7]: do perfume das rosas ao poder dos sobrenomes

A visita ao Palácio Conde dos Arcos, na antiga capital goiana, não foi apenas uma incursão arquitetônica. Construído em 1751 para Dom Marcos de Noronha[8], primeiro governador da capitania, o edifício serviu como a primeira sede do governo de Goiás. O que mais me tocou não foi apenas sua história oficial, e sim os traços sensíveis e simbólicos que ali se revelaram, em suas formas, nos seus jardins, e nos silêncios que ecoam pelos corredores.

Logo ao chegar, fui tomada por uma sensação de suspensão. O jardim, muito bem cuidado, apresentava uma cena quase onírica: galinhas de Angola circulando entre flores, um chafariz ornamentado com peixes parcas, patos caminhando entre a grama bem podada. As elevações e descidas do terreno me lembraram os desenhos paisagísticos de Ouro Preto[9], como se estivesse caminhando por um filme montado em planos alternados.

No jardim interno, roseiras ladeavam um poço de água. Um cajueiro, talvez. Imediatamente, fui transportada para os quintais da minha infância, para as casas das avós, para os gestos simples que guardam a memória dos que cuidam da terra e da casa.

Estar dentro daquele palácio era sentir a permanência de uma ordem. Era perceber como as estruturas coloniais não ruíram: elas se transformaram, adaptaram-se, mas

[7] O Museu Palácio Conde dos Arcos, localizado na Cidade de Goiás, foi construído em 1750 como residência oficial do então governador da capitania, Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, por ordem de Dom João, devido à ausência de moradias adequadas na vila.

[8] Dom Marcos de Noronha, o 6º Conde dos Arcos, não foi apenas um militar de alta patente; foi um administrador colonial cuja trajetória transformou vidas em três capitanias e no Vice-Reinado. Seguindo as determinações do Marquês de Pombal, coube a ele o peso político de executar a expulsão dos jesuítas no Brasil. Sua influência também se estendeu ao povo, pois, ao ser nomeado Vice-Rei em 1755, impôs os tributos necessários para a reconstrução de Lisboa após o terremoto, transferindo o ônus financeiro da metrópole para a colônia.

[9] Ouro Preto é um município histórico de Minas Gerais, fundado no ápice do ciclo do ouro no século XVIII. Por um longo tempo a cidade foi capital de Minas Gerais e a primeira cidade reconhecida como patrimônio Mundial pela Unesco, tombada em 1980.

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

seguem intactas em sua essência. Os retratos, os nomes, as memórias impressas nos livros e paredes... tudo ali denunciava a continuidade de um mesmo sistema de poder. Famílias como os Borges, Caiado[10], Fleury e Guimarães, protagonistas da história goiana desde os séculos XVIII e XIX, ainda hoje são figuras centrais da política estadual e nacional. Como se os séculos tivessem passado, mas os rostos e os sobrenomes continuassem os mesmos.

É perturbador pensar que o avô de Fernando Henrique Cardoso[11], Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso[12], também ocupou aquele palácio. Como se o ciclo político brasileiro fosse um velho casarão, onde as chaves nunca mudam de mãos. A elite luso-brasileira, herdeira das capitanias hereditárias, continua ocupando os mesmos salões e cadeiras, ora como senhores de engenho, ora como latifundiários, ora como parlamentares. As formas mudam, os sobrenomes permanecem.

O mais perplexo, porém, é perceber que essas famílias não apenas resistiram às transformações do país, elas se reorganizaram para permanecer no centro das decisões. Aquela mesma elite agrária, pecuarista e escravocrata que resistiu à abolição da escravatura, que se opôs à reforma agrária e que por séculos concentrou terras e poder simbólico, também foi contrária à mudança da capital de Goiás. Durante a Revolução de 1930[13], as forças getulistas enfrentaram resistência das oligarquias locais, especialmente dos Caiado, que viam na transferência da capital de Goiás Velho para Goiânia uma ameaça ao seu domínio histórico. A mudança não era apenas territorial. Era simbólica. Representava a possibilidade de uma ruptura com a velha política patriarcal, senhorial,

[10] A família Caiado é um tradicional clã luso-brasileiro estabelecido em Goiás desde o século XVIII, com registros datados de 1722, em Vila Boa de Goiás. Ao longo da história, seus membros se destacaram na política estadual e nacional, consolidando influência duradoura na vida pública goiana.

[11] Fernando Henrique Cardoso (Rio de Janeiro, 18 de junho de 1931), também conhecido como FHC, é um professor, sociólogo, cientista político, escritor e político brasileiro. Filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi o 34.º presidente da República Federativa do Brasil entre 1995 e 2003.

[12] Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso (1835–1905) foi militar, político e presidente interino da província de Goiás em diferentes períodos do final do século XIX. Destacou-se como liderança do Partido Conservador e integra uma linhagem de militares e políticos, sendo bisavô do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

[13] A Revolução de 1930 foi um movimento político-militar que pôs fim à República Velha, depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes, marcando a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e o início de profundas transformações no sistema político brasileiro.

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

familiarista. Era uma disputa entre um futuro incerto e um passado que se recusava a morrer.

Minha passagem pelo Palácio Conde dos Arcos me fez revisitar essas perguntas com o corpo. Como arquiteta, artista, pesquisadora e cidadã, traçar o caminho entre aquele jardim de encantos e aquelas paredes foi como desenhar um mapa de forças ocultas, que sustentam tanto estruturas quanto ideologias. Vi ali um Brasil que continua sendo profundamente colonial. Um país em que o poder é herdado e a desigualdade é estrutural.

Então, me perguntei: quem somos nós, os que não herdamos os palácios, os retratos e os sobrenomes? Quem somos nós, que continuamos nos transformando à margem dessas genealogias do poder?

A visita ao Palácio não foi apenas uma experiência estética. Foi uma confrontação histórica. Um espelho partido entre beleza e violência, entre memória e permanência. É preciso costurar essas fendas, interrogar os legados e reivindicar outras formas de habitar o tempo, porque enquanto os palácios continuarem nas mesmas mãos, a história seguirá escrita com a mesma caligrafia.

Quilombo Alto Santana: um território de silêncio, trabalho e resistência

Localizado na periferia da Cidade de Goiás, o Quilombo Alto Santana, lugar conhecido como Chupa-Osso[14], foi certificado oficialmente como quilombo urbano apenas em 2017. A primeira impressão ao chegar é a de que estamos atravessando um portal invisível, um território que guarda o lado B da história da cidade, aquele que raramente aparece em livros, roteiros turísticos ou postagens nas redes sociais. Aqui se instala o olhar não hegemônico[15], onde a memória é viva, coletiva e cotidiana.

[14] Historicamente, o Bairro Chupa-Osso, situado na Cidade de Goiás, é conhecido por ser lar de comunidades negras e trabalhadoras, predominantemente composto por lavradores, biscateiros e empregados domésticos. A região que apresenta perceptível diferença socioespaciais em contraste com áreas mais centralizadas da Cidade de Goiás.

[15] Do ponto de vista foucaultiano, hegemônico refere-se a um regime de saber e poder que estabelece normas, verdades e práticas dominantes, naturalizando determinadas formas de ver e organizar o mundo, ao mesmo tempo em que silencia ou marginaliza outras. Trata-se de uma hegemonia não apenas política ou econômica, mas discursiva, que regula o que pode ser dito, pensado e feito em uma sociedade.

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

Em um primeiro momento, encontramos uma construção de lavanderia. Foi a primeira vez que vi uma no formato comunitário. Estabelecida há várias décadas, continua sendo uma fonte de renda e dignidade para as mulheres da região. Lavadeiras que viajavam longas distâncias, subindo montanhas e cruzando estradas de terra com trouxas de roupa na cabeça, para lavar as roupas de famílias ricas do centro histórico. A água, o sabão, os panos e o silêncio compunham uma narrativa de esforço invisível, parecida com a de inúmeras outras mulheres negras que, por séculos, lavaram roupas dos senhores nas margens de rios ou em tanques ocultos da "boa sociedade".

A construção da lavanderia na parte alta da cidade fez-me questionar se aquela lavadeira seria um símbolo de isolamento. Era como se o espaço da labuta das mulheres negras precisasse ser escondido, mantido à margem da paisagem "bela e recatada" da Cidade de Goiás. A cidade se expandiu, chegou até o quilombo, mas o sentimento de exclusão permaneceu, agora camuflado sob novas formas de urbanização.

Estivemos em encontro com Fernanda[16], uma das líderes da comunidade. Um dos maiores desafios enfrentados pela comunidade atualmente é a regularização fundiária. Ainda há muitas casas que não têm registro formal de propriedade. Fernanda esclareceu que, no passado, era comum as famílias deixarem suas casas em busca de emprego, frequentemente em outros estados. Voltavam anos depois, quando as promessas de melhores condições de vida não se concretizavam. Esse vai-e-volta dificultou a formalização da propriedade dos lotes, uma lacuna que hoje ameaça a permanência da comunidade em seu próprio território.

Mas o que mais nos tocou foi o relato de Fernanda sobre uma ferida profunda, narrada com dor por Dona Didi, ceramista reconhecida da cidade: por muitos anos, as famílias tradicionais da Cidade de Goiás se responsabilizaram por "criar" filhos e filhas de mulheres negras, netas ou bisnetas de escravizados. Essas crianças eram entregues, ou tomadas, sob a promessa de uma "vida melhor". Na prática, tornavam-se mão de obra doméstica, muitas vezes explorada, sob a fachada de proteção. As mães, empurradas pelas

[16] Fernanda Faria é vice-presidente da Associação Quilombola Alto Santana, assessora na Secretaria Municipal de Igualdade Étnico-Racial da Cidade de Goiás e graduada em Educação do Campo.

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

necessidades da vida e pelas estruturas racistas, viam nessas entregas uma esperança. Mas a dor da separação e da servidão disfarçada permanece ecoando nos relatos.

Essa prática, tão parecida com o que ainda hoje ocorre em casos de trabalho infantil e doméstico disfarçado por "ajuda mútua", nos mostra como o racismo estrutural se reinventa para manter desigualdades históricas.

O Quilombo Alto Santana, com sua lavanderia, suas histórias, suas casas em transformação e suas memórias guardadas em cerâmica, é uma zona viva de resistência. Um território onde a história não está nos monumentos, mas nas mãos de quem vive e sobrevive, e insiste em existir.

Apesar do reconhecimento da Cidade de Goiás como Patrimônio Mundial pela UNESCO[17], em 2001, é preciso perguntar: patrimônio para quem? O processo de patrimonialização, marcado por uma estética voltada à conservação de fachadas coloniais, centros históricos e “roteiros oficiais”, muitas vezes ignora ou silencia as comunidades que habitam e constroem, cotidianamente, esses territórios. O Quilombo Alto Santana é um exemplo vivo dessa contradição: situado na periferia da cidade, com raízes fundas na história local, continua sendo deixado às margens das decisões políticas e dos projetos de preservação. Suas casas, memórias e modos de vida não entraram nos dossiês que garantiram o título da UNESCO. O olhar hegemônico permanece operando, valorizando o centro, o “visível”, o patrimônio edificado, enquanto ignora os sujeitos históricos que sustentam a cidade com seu trabalho, sua cultura e sua ancestralidade.

A regularização fundiária caminha a passos lentos, o acesso a direitos é negado e o envolvimento da comunidade nos processos decisórios é superficial ou inexistente. Assim, o que se promove como “preservação da memória” pode, na prática, se tornar uma forma de apagamento institucionalizado, onde o passado oficial é emoldurado e celebrado, enquanto o presente vivo das comunidades negras, quilombolas e periféricas segue negligenciado.

[17] A UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, é uma agência especializada da ONU criada em 1945, responsável por promover a cooperação internacional nas áreas de educação, ciência, cultura e comunicação. Também atua na preservação do patrimônio cultural e natural da humanidade por meio da Lista do Patrimônio Mundial.

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

Foi ali, naquele encontro com Fernanda e com as histórias de Dona Didi, que compreendi algo essencial sobre essa viagem: visitar Goiás Velho não é apenas revisitar o passado colonial, mas é encarar os desdobramentos contemporâneos das desigualdades fundadoras do Brasil. A cada esquina, a cada relato, o tempo se embaralha. O presente pulsa com dores antigas.

O Brasil que não conhecemos

Na quinta-feira pela manhã, saímos em direção à casa de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera. A visita foi pensada como uma oportunidade de observar a riqueza material das antigas famílias detentoras de poder. Por isso, a casa é impressionante: bem conservada, cheia de obras e ornamentos, mantém a estética e o espírito da elite colonial. Era como se estivesse cruzando um portal para o passado, porém um passado marcado por privilégios, domínio e ostentação.

O contraste com o dia anterior era gritante. Na quarta-feira, havíamos visitado o Quilombo Alto Santana, símbolo da luta por permanência, território e dignidade. Já na quinta, pisávamos num espaço erguido sobre outras bases: as da exploração, do luxo à custa do sofrimento alheio. A casa do Anhanguera evidenciava as desigualdades que estruturaram, e ainda estruturam, o Brasil.

Welson[18], nosso professor, aproveitou o espaço para nos levar numa viagem histórica que antecede a chegada de Dom João VI[19] ao Brasil. Falamos de Dom José[20], de Marquês Pombal[21] e das reformas ilustradas implementadas por esse ministro absolutista.

[18] Welson Barbosa Santos é professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com doutorado em Educação pela UFSCar e pós-doutorado pela UNESP. Coordena o Laboratório de Ensino (LAEN) e o grupo de pesquisa GPEMCES, com foco em formação docente, ensino de ciências, masculinidades, subjetividades e vulnerabilidades sociais.

[19] João VI (1767–1826), cognominado *O Clemente*, foi o primeiro rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Governou durante um dos períodos mais conturbados da história luso-brasileira, marcado pela vinda da corte ao Brasil, a independência da colônia e a transição para o Império brasileiro.

[20] D. José I (1714–1777), conhecido como *O Reformador*, foi rei de Portugal e Algarves. Seu governo foi profundamente marcado pela atuação do Marquês de Pombal, com quem promoveu amplas reformas políticas, econômicas e educacionais no espírito do despotismo esclarecido.

[21] Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699–1782), foi um dos mais influentes estadistas portugueses. Como secretário de Estado de D. José I, implementou amplas reformas na

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

A educação, os museus, a medicina, tudo passou pelas mãos de Pombal, inclusive no Brasil. Ali, na casa do Anhanguera, ouvimos essa história enquanto sentíamos o peso simbólico da arquitetura, da decoração, dos objetos que evocavam poder.

Chamou minha atenção o detalhe dos telhados feitos com telhas moldadas nas coxas dos escravizados. Um ditado popular, "feito nas coxas", virou sinônimo de algo malfeito, mas, na verdade, essa expressão revela a violência e o descaso com os corpos escravizados. As telhas eram moldadas nos corpos dos cativos não por descuido, mas porque seus corpos eram explorados até nos mínimos detalhes da construção. Essa violência simbólica e física está nas paredes, no teto, no chão dessas casas históricas.

A visita, embora cercada de beleza arquitetônica, foi também um convite ao incômodo. A casa, silenciosa e imponente, fala muito sobre quem mandava, e sobre quem ainda manda. Mas, mais do que isso, ela nos convida a pensar: qual Brasil ainda desconhecemos? E qual queremos, de fato, conhecer?

Recanto dos Encontros: quando a tinta toca as raízes

A última atividade da disciplina, na tarde de quinta-feira, não foi apenas uma despedida da Cidade de Goiás. Foi, na verdade, um ritual de retorno a si. Voltávamos da visita à casa de Bartolomeu Bueno da Silva ainda atravessados pelas camadas de poder, privilégio e silêncio que aquela casa conservava. E então fomos convidados a pintar. Mas não pintar como se pinta paisagens ou fachadas, era uma pintura que partia de dentro, de um texto-reflexão proposto pela professora Mariângela[22], que nos instigava a escrever livremente sobre aquilo que sentimos, que fomos, que tocamos e fomos tocadas ao longo da viagem.

educação portuguesa. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, extinguiu-se o modelo de ensino religioso dominante, instaurando-se o sistema de Aulas Régias e o cargo de Diretor-Geral dos Estudos.

[22] Mariângela Castejon é doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com trajetória voltada à Educação, Cultura e Subjetividades. Possui ampla experiência docente e, atualmente, atua como revisora de textos e coordenadora da Editora do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM).

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

A escrita, aqui, era uma chave. Não havia cobrança formal, apenas uma escuta de si. E foi nesse processo que surgiu a imagem: o pincel mergulhado na tinta se tornou extensão do corpo, da memória e da experiência. As palavras viraram cor. Os sentimentos, gesto. O silêncio, textura.

Como artista e pesquisadora das linguagens urbanas, especialmente das escritas que transgredem, pichações, grafites, inscrições populares, percebi nos traços dos colegas uma dimensão muito próxima do que se vê nos muros das cidades: gritos contidos, mensagens cifradas, dores que escorrem entre letras e manchas. A diferença é que ali não estávamos diante da cidade construída por concreto, mas de uma cidade moldada por guerras, violências e silenciamentos históricos. A cidade nos atravessou e respondeu por meio de nossos corpos.

Havia algo ancestral nas composições. As cores falavam de feridas e de reexistência. Os desenhos pareciam querer reatar laços cortados com os povos indígenas e com os povos sequestrados da África. As imagens expunham tatuagens invisíveis, cicatrizes herdadas e também aprendizados dolorosos. A experiência, embora silenciosa, reverberava. Era como se cada pincelada revelasse um nome, uma história esquecida, uma culpa ancestral, ou até uma tentativa de reconciliação.

Ali compreendi, mais uma vez, que nosso corpo é arquivo. E que a arte, quando nascida da escuta e da vivência, é ferramenta de cura, de denúncia e de transformação. A viagem terminou, mas as marcas que ela deixou seguem presentes. Estão na pele, na escrita, na cor.

Considerações finais

Esta experiência na Cidade de Goiás não foi apenas uma atividade acadêmica, mas uma travessia que nos convocou a sentir, escutar e repensar o lugar da educação, da memória e da história. Inspiradas por Rosa Maria Fischer (2021), entendemos que pesquisar é um ato que nos transforma: não se trata apenas de estudar o outro, mas de nos reinventarmos no processo. Sentir, aqui, tornou-se uma forma legítima de conhecimento, uma escuta que atravessa corpo, tempo e território.

Revista Vivências em Ensino de Ciências, Recife, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2595-7597.
https://doi.org/10.51359/2595-7597.2026.270678

Ao caminhar pelas ruas de paralelepípedos e pelas salas do Palácio Conde dos Arcos ou do Quilombo Alto Santana, percebemos que a história não é distante: ela nos habita. Como propõe Walter Benjamin (1985), o *flâneur* é aquele que se permite perder-se para reencontrar, sem buscar dominação. Perdemo-nos nos cheiros, nas águas, nas palavras suspensas. Entre o toque de um óleo e a curva de um beco, vi partes minhas mudarem. Vi isso no outro também. Olhares antes apressados se tornaram silêncio atento. Gritos internos encontraram lugar no gesto.

O ensaio, como nós, segue inacabado. Somos agora habitadas por histórias que nos atravessaram e por afetos que ecoam. A cidade ficou em nós como ficam os sonhos bons: com beleza e incômodo. As vozes que escutamos**,** dos professores, da terra e das águas são agora parte da nossa própria escuta. E talvez seja essa a maior potência do percurso: perceber que a história não se encerra nos arquivos, mas pulsa nos gestos, nas ausências, nas escolhas do presente. Em Goiás, algo em nós se deslocou. E voltamos diferentes.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas; v. 1).

COSTA, Mateus Henrique da. **Análise sociomaterial dos espaços de ensino-aprendizagem na educação superior em um curso de formação de professores/as de Química**. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2025.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Por uma escuta da arte: ensaio sobre poéticas possíveis na pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, v. 11, n. 1, e100045, 2021. https://doi.org/10.1590/2237-2660100045.

GRAVETT, Karen; BAUGHAN, Patrick; RAO, Namrata; KINCHIN, Ian. Spaces and Places for Connection in the Postdigital University. **Postdigital Science and Education**, [S. l.], v. 5, n. 3, pág. 694-715, jun. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s42438-022-00317-0.

GRIFFITHS, Teri-Lisa; DICKINSON, Jill; FLETCHER, Anna. A case study of student learning spaces during the pandemic: a sociomateriality perspective. **Journal of Perspectives in Applied Academic Practice**, Inverness, v. 9, n. 2, pág. 77-81, ago. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.14297/jpaapág.v9i2.474.

JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (orgs.). **Corpos e cenários urbanos** – territórios urbanos e políticas culturais. [textos]: Henri Pierre Jeudy, Patrick Baudry, *et al*. [tradução]: Rejane Janowitzer. [revisão técnica]: Lílian Fessler Vaz. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2006.

PIRES, PÁG. C. N. **Práticas artísticas, Setor Sul, Goiânia-GO**: apropriação e grafitagem na fisionomia urbana de um Bairro-Jardim. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.